

Polícias, trabalho e consumos de *performance*

Carlos Manuel Gonçalves

Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

David Tavares

Escola Superior de Tecnologia de Saúde de Lisboa

Instituto Universitário de Lisboa, CIES-ISCTE

Noémia Lopes

Instituto Universitário Egas Moniz

Instituto Universitário de Lisboa, CIES-ISCTE

Rúben Elias

Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

Resumo

O equacionamento das relações entre natureza do trabalho e os consumos de performance (medicamentos, suplementos alimentares e outros produtos naturais) para a melhoria do desempenho físico, intelectual e social do grupo profissional dos polícias, que integram a Polícia de Segurança Pública, é o objeto central do presente artigo. O recurso a tal tipo de consumos é um fenómeno social com relativa disseminação cultural no âmbito dos processos de farmacologização. O presente estudo baseou-se numa metodologia mista que incluiu análise documental, entrevistas semidiretivas, grupos focais e inquérito por questionário. Conclui-se que os fatores de pressão social integrantes da natureza e condições do trabalho policial configuram um contexto laboral, diverso em tarefas, permeado pelo risco e pelo julgamento público e institucional, em que os consumos de performance são relevantes no desempenho profissional.

Palavras-chave: polícias; consumos de performance; trabalho.

Police officers, work and performance consumption

Abstract

Equating the relationship between the nature of work and performance consumption (medicines, food supplements and other natural products) to enhance physical, intellectual and social performance of the professional group of police officers (*Polícia de Segurança Pública*) is the object center of this article. The use of such consumption is a social phenomenon with relative cultural dissemination within the scope of pharmacologization processes. The present study was based on a mixed methodology that included documental analysis, semi-directive interviews, focus groups and questionnaire survey. As can be concluded, the social pressure factors inherent to police activity

GONÇALVES, Carlos Manuel; TAVARES, David; LOPES, Noémia, ELIAS, Rúben (2023), “Polícias, trabalho e consumos de *performance*”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLVII, pp. 7 – 32.

configure a work context, diverse in tasks, permeated by risk and by public and institutional judgment, in which performance consumption is relevant to professional action.

Keywords: police officers; performance consumptions; work.

Polices, travail et consommations de performance

Résumé

L'évaluation des relations entre la nature du travail et les consommations de performance (des médicaments, des compléments alimentaires et d'autres produits naturels) pour l'amélioration du travail physique, intellectuel et social du groupe professionnel des polices (*Polícia de Segurança Pública*), est l'objet central de cet article. Le recours à ce types de consommations est un phénomène social avec une certaine diffusion culturelle dans le cadre des processus de pharmaceuticalization. La présente étude était basée sur une méthodologie mixte comprenant une analyse documentaire, des entretiens semi-directifs, des groupes de discussion et une enquête par questionnaire. On peut conclure que les facteurs de pression social intégrantes de la nature du travail policier constituent un contexte, diversifié dans les tâches, imprégné de risque et du jugement public et institutionnel, où les consommations de performance sont pertinentes pour l'accomplissement professionnel.

Mots-clés: polices; consommations de performance; travail

Polícias, trabajo y consumos para el desempeño profesional

Resumen

A relación entre la naturaleza del trabajo y consumos para el desempeño (medicamentos, complementos alimenticios y otros productos naturales) físico, intelectual y social del grupo profesional de policías, que integran la Policía de Seguridad Pública, es el objeto central de este artículo. El uso de ese tipo de consumo es un fenómeno social con relativa difusión cultural en el ámbito de los procesos de farmacologización. El presente estudio se basó en una metodología mixta que incluyó análisis de documentos, entrevistas semidirectivas, grupos focales y una encuesta por cuestionario. Como se puede concluir, los factores de presión social que forman parte de la naturaleza del trabajo policial configuran un contexto de trabajo, diverso en tareas, permeado por el riesgo y por el juicio público e institucional, en el que el consumo para el desempeño es relevante en el desempeño profesional.

Palabras-clave: policías; consumos para el desempeño profesional; trabajo.

Introdução

A análise sociológica sobre a polícia e o grupo profissional dos polícias¹ adquiriu, no pós anos 1980, uma maior visibilidade na Europa continental, produzindo, em conjunto com estudos

¹ O conceito grupo profissional face ao de profissão, tão peculiar da sociologia anglo-saxónica, é mais abrangente, esbatendo as contínuas discussões sobre as disjunções entre profissões e ocupações (Dubar e Tripier, 1998; Burns, 2019). Atributo que potencia o seu valor heurístico para a análise das profissões que não se enquadram integralmente no modelo das ditas profissões liberais. Os polícias apresentam atributos que permitem qualificá-los como grupo profissional conquanto com especificidades face à natureza do seu trabalho, às funções e objetivos que a instituição a que pertencem tem nas sociedades democráticas. Referimo-nos a uma formação específica, monopólio da sua atividade, valores e código de ética, traços identitários particulares e associações sindicais próprias. A sedimentação social como grupo profissional e a sua assunção no campo mais vasto do mercado de trabalho estatal têm conduzido a debates sobre a natureza da profissão (Durão, 2010; Jobard e Maillard, 2015).

GONÇALVES, Carlos Manuel; TAVARES, David; LOPES, Noémia, ELIAS, Rúben (2023), “Polícias, trabalho e consumos de *performance*”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLVII, pp. 7 – 32.

realizados na sociologia, antropologia, psicologia, história e criminologia, para além dos estudos jurídicos e da ciência política, um património importante de conhecimentos (Fernández, 1990; Favre, 2001; Monjardet, 2003; Jobard e Maillard, 2015). Em Portugal os trabalhos de Durão (2008; 2010, 2012 e 2015) e de Lisboa e Teixeira (2015), entre outros, são um contributo a reter. É um património que incorpora abordagens teórico-metodológicas diversas, balizadas por contextos espaço-temporais particulares, em que ressaltam os modos como sociologicamente podemos investigar a polícia e os polícias no sentido da sua determinação biunívoca (Robles, 1993; Fernández, 1992).

A Polícia é uma entidade estatal corporativa, de natureza pública, com o monopólio legítimo do uso da força, da violência e do controlo social, exercido de acordo com regras estabelecidas por órgãos políticos do Estado. É, por sua vez, inteligível considerar a polícia como uma instituição e organização, sendo constituída por um grupo profissional específico, os polícias (Monjardet, 1985; Bayley, 2016; Fernández, 1992). Instituição que, por delegação do poder político, aplica e reelabora os valores e normas, socialmente instituídos e permitidos juridicamente, vigia as atitudes e comportamentos da população e faz a proteção e segurança pública, sendo configurada na sua natureza e objetivos pelo poder político. Organização de cariz burocrático (Weber, 1983) de perfil militar, hierarquizada, com processos de standardização de comando, controlo e de imposição da disciplina interna, com modelos de operacionalização singulares, socialmente diferenciada, segmentada pela especialização, com cultura e clima organizacional próprios. Grupo profissional integrado por funcionários públicos com um mandato e uma licença (Hughes, 1981), formados no seio da própria organização policial, com carreiras, cuja natureza do trabalho é enformada pela incerteza, diversidade, perigosidade e risco, com códigos disciplinares e éticos, com elementos identitários e instâncias de representação política próprias (associações sindicais). Podemos considerá-lo como um grupo profissional de Estado. Note-se que só faz sentido sociológico perceber as plurais dinâmicas sociais que vão reconfigurando tal grupo profissional, se as enquadrarmos no contexto social onde insere a polícia como instituição e organização.

Sublinhe-se que no âmbito das transformações do trabalho, em Portugal, ocorre, nas décadas mais recentes, uma tendência para a afirmação dos grupos profissionais. Afirmação pela constituição de associações de autorregulação, que fecham os respetivos campos profissionais e estabelecem monopólios, a par da reafirmação dos grupos profissionais já instituídos². Pretendem reafirmar a sua indispensabilidade social e assim ampliar as condições para a obtenção de um acréscimo de ganhos materiais, sociais e simbólicos, sedimentando as suas posições no mercado de trabalho ou para a reivindicação de novos atributos profissionais. Reconfiguram-se, por exemplo, em termos da natureza do seu trabalho, do uso das tecnologias de informação e comunicação e da (re)construção dos traços identitários (Champy, 2009; Vezinat, 2016). Encontramos alguns desses processos nos

² Entre nós têm expressão os trabalhos sobre o campo das profissões: Carapinheiro (1993); Rodrigues (1999); Lopes (2001); Gonçalves (2007); Tavares (2007); Rocha (2004); Rego (2013).

GONÇALVES, Carlos Manuel; TAVARES, David; LOPES, Noémia, ELIAS, Rúben (2023), “Polícias, trabalho e consumos de *performance*”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLVII, pp. 7 – 32.

polícias, grupo profissional que adquiriu protagonismo na discussão e reivindicação quanto às suas atividades e condições de trabalho.

Tomando em consideração o indicado, no presente artigo propomos uma análise das relações entre a natureza do trabalho e os consumos de *performance* (medicamentos, suplementos alimentares e outros produtos naturais) para a melhoria do desempenho físico, intelectual e social, no grupo profissional dos polícias da Polícia de Segurança Pública (PSP).

O recurso aos consumos de *performance* para a gestão do desempenho, tanto no âmbito laboral como nos demais domínios da vida quotidiana, é um fenómeno emergente com a atual modernidade, que se inscreve num quadro mais global de novos usos dos medicamentos. Isto é, de usos que se situam para além das finalidades da saúde e da doença, às quais está associada a génese e o uso tradicional dos medicamentos (Gabe *et al.*, 2015; Lopes *et al.*, 2015). Trata-se de um fenómeno social com relativa disseminação cultural, designado na literatura sociológica como processos de farmacologização. Na sua aceção concetual, a farmacologização é definida como “a transformação de condições humanas em questões farmacológicas passíveis de tratamento ou melhoria” (Williams *et al.*, 2008, pp. 851).

Não obstante a farmacologização se encontrar disseminada na vida quotidiana, esta adquire diferente amplitude em diferentes estruturas e contextos sociais. Os contextos de trabalho, em particular os respeitantes a grupos profissionais sujeitos a elevada pressão social, comportam uma injunção de condições propícias às disposições de adesão e de normalização dos novos usos dos medicamentos, designadamente para finalidades de gestão ou melhoria do desempenho. As mudanças na natureza do trabalho (e no seu *modus operandi*) e a especificidade dos fatores de pressão que daí decorrem, designadamente a intensificação dos ritmos de trabalho e novas modalidades de competitividade, constituem pressões apelativas para a procura de resposta na oferta medicamentosa. Os contextos de trabalho são igualmente espaços de sociabilidades, de experiências e expectativas partilhadas, onde se difunde informação e se valida - pela experiência prática - resultados de eficácia ou ineficácia de medicamentos e suplementos para finalidades de *performance* (Lopes e Rodrigues, 2015; Leon *et al.*, 2019; Pawson e Kelly, 2021). Esta relação entre recurso a medicamentos em resposta a necessidades de *performance* é, por sua vez, indissociável das lógicas neo-liberais de individualização, nas quais, como referem Bloomfield e Dale (2015), os medicamentos dão uma solução individualizada a problemas que frequentemente têm uma origem estrutural de cariz social.

Para o equacionamento da problemática apontada, no presente texto, abordaremos, em primeiro lugar, a natureza do trabalho policial e, em segundo, os consumos de *performance* no seio do grupo profissional. Sublinhe-se que os resultados que apresentaremos inserem-se numa investigação mais ampla acerca das dinâmicas sociais subjacentes aos consumos de *performance* dos

enfermeiros, polícias e jornalistas, cuja atividade de trabalho ocorre em contextos de elevada pressão para o seu desempenho profissional³.

1. Metodologia

O nosso estudo baseou-se numa metodologia mista que incluiu análise documental e, em fases sequenciais, grupos focais, inquérito por questionário e entrevistas semidiretivas. O trabalho de campo decorreu de 2019 a 2021 em todo o território de Portugal continental com predominância nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. Na primeira fase, com o objetivo de aprofundar a informação sobre a problemática em estudo e contribuir para as fases posteriores de desenvolvimento da pesquisa, incluindo a elaboração do formulário de inquérito, realizaram-se 2 grupos focais (um no Porto e um em Lisboa que envolveram 11 participantes). Na fase seguinte, com o objetivo de obter informação quantitativa sobre as perceções e práticas dos polícias relativamente ao objeto de estudo, foi aplicado o inquérito por questionário, via online, a um total de 195 polícias. Especificamente a população inquirida, apresenta os seguintes atributos: predominância dos homens, 92,8%; 49,2% com uma idade entre os 40 e os 49 anos, com 50 e mais anos, 35,9% e até aos 39 anos, 14,8%; impera o ensino secundário como nível de habilitações escolares, 82,5% e o ensino superior queda-se pelos 12,7%. Em termos de áreas funcionais da PSP, 78,5% são operacionais, 18,5% estão em serviços de secretaria e 3,1% em funções de direção e comando. Por sua vez, 7,2% têm 10 anos ou menos de antiguidade na profissão, 19,0% entre 11 e 20 anos e 76,4% mais de 20 anos. Os dados obtidos foram analisados com recurso ao SPSS. Na fase final do projeto, com o objetivo de aprofundar a informação obtida com o questionário, foram realizadas 14 entrevistas, através de videoconferência. Os dados foram codificados com recurso ao MAXQDA, a exemplo do que sucedeu com os grupos focais.

Contou-se com o apoio do Sindicato Nacional da Polícia e da Associação Sindical dos Profissionais da Polícia para a constituição do conjunto de participantes no estudo⁴. Os instrumentos de recolha e tratamento de informação foram aprovados pela Comissão de Ética do Instituto Universitário Egas Moniz. A todos os participantes foi disponibilizada informação sobre o projeto e indicaram o seu consentimento informado. Garantiu-se o anonimato e confidencialidade dos dados recolhidos.

³ Projeto de investigação “Medicamentos e suplementos alimentares em consumos de performance: práticas sociais, contextos e literacia” (PTDC/SOC/30734/2017) — ConPerLit, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, da responsabilidade das entidades parceiras CIES-Iscte, Instituto Universitário Egas Moniz e o Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.

⁴ O Sindicato Nacional da Polícia e a Associação Sindical dos Profissionais da Polícia divulgaram junto dos seus associados, por email, o convite para responderem ao inquérito por questionário.

2. Trabalho policial

2.1. Natureza e ritmo

Um dos eixos da investigação sociológica sobre os polícias concretiza-se na análise do que fazem para, deste modo, avaliar a natureza do seu trabalho. Manning (1977), Monjardet (2003), Robles (1997), Bittner (2003), Durão (2008) e Fassin (2013), alicerçados nas suas investigações etnográficas sobre os quotidianos do trabalho policial, explicitam respostas a tal questão. Incerteza, imprevisibilidade e enfrentamento de situações singulares que oscilam entre a violência física e a mediação, perigosidade e risco, aconselhamento e apoio, discricionariedade e autonomia na ação são atributos que se destacam, conjugados com tarefas rotineiras e modos de as operacionalizar, regulamentados pela organização policial. Atributos que, igualmente, variam com os modelos de policiamento e o posicionamento dos polícias na divisão de trabalho e na estrutura hierárquica da corporação. Os polícias afetos à designada “execução”, sobretudo os que realizam patrulhas (“patrulheiros”), estão necessariamente sujeitos à incerteza no decorrer do seu turno e à variabilidade de tarefas de acordo com o contexto social, económico e cultural da sua zona geográfica de atuação. Ao que se acrescenta o uso de meios baseados na informatização, redes de comunicação e da inteligência artificial como ferramentas de vigilância, controlo e recolha de prova para possíveis efeitos punitivos.

Perspetivamos a natureza do trabalho a partir de fatores como: horário; ritmos de trabalho; atividades profissionais; exigências e a exposição aos riscos profissionais. No presente ponto, abordaremos os dois primeiros e no seguinte os restantes.

O tempo dedicado ao trabalho, na qualidade sempre de tempo social, é estruturante da trajetória de vida, instituindo-se como um separador entre diferentes vivências dos agentes sociais. Dos polícias inquiridos (195), 54,9% têm um horário diário até 8 horas e os restantes 9 horas e mais. A maioria indica um regime de horário com turnos (75,4% e destes 87,6% com rotatividade noturna), 20,0% com horário fixo e os outros, um horário “flexível sem turnos”, o que não se afasta do padrão de outras atividades profissionais. Mensalmente, 12,8% dos polícias não estão habitualmente de serviço no sábado, 8,2% uma vez, 25,6% e 53,3%, respetivamente duas, três e mais vezes. Situação idêntica encontramos face ao domingo. O trabalho nestes dias é disjuncto das temporalidades dos respetivos agregados familiares com ou sem conjugalidade, conquanto seja inerente ao trabalho policial, que igualmente impõe a total disponibilidade temporal. Por sua vez, 63,5% assinalaram que, no mês que antecedeu a aplicação do inquérito, foram convocados para o trabalho, em menos de 24 horas (entre uma e três vezes, 49,7% e quatro e mais, 13,8%), como indica um dos entrevistados: *“É muito imprevisível, ligam-nos de um momento para o outro, surgiu isto...portanto, nós temos uma matriz que muitas vezes não é seguida por circunstâncias do serviço e acontece muito isso nos*

eventos, os próprios dias de folga são cortados muitas vezes, porque são necessários os meios policiais» (E10).

Ao serviço normal juntam-se os “serviços remunerados”⁵ (“gratificados”), exercidos por 45,1% dos inquiridos. Em média de horas semanais, 70,5% trabalham 10 horas ou mais (menos de 5 horas, 11,4% e de 5 a 9 horas, 18,2%). Provavelmente a adesão dos polícias, a tais “serviços” traduz a procura de um complemento remuneratório, concretizando-se num prolongamento do tempo de trabalho semanal.

Quer seja na distribuição e organização semanal das horas de trabalho, quer na intensidade, assiste-se a uma reconfiguração, nas décadas mais recentes, do ritmo, sempre no sentido de uma mobilização mais intensiva da mão de obra (Svendsen, 2013). No caso dos polícias, provavelmente tal processo também ocorreu. Em termos de ritmo de trabalho percebido, 63,1% apontam como muito/excessivamente intenso e 36,4% como normal. O primeiro grau caracteriza-se por 73,2% serem operacionais e 40,6% terem uma idade superior aos 50 anos. Daqui decorre talvez a menor capacidade para desempenhos mais intensos, sobretudo no enfrentamento de contextos violentos que requerem capacidade acrescida de resistência e destreza física. A conjugação do prolongamento do horário de trabalho com a imprevisibilidade da ação e os ritmos podem constituir para os polícias um fator de pressão social global para o seu desempenho profissional.

2.2. Exposição aos riscos

Os fatores de pressão social indicados permitiram-nos obter uma primeira leitura sobre a natureza do trabalho policial. Importa aprofundar tal aspeto convocando as atividades que enformam o quotidiano de trabalho, que são indissociáveis dos demais aspetos caracterizadores daquela natureza (Tabela 1). Atividades do tipo emocional (controlo emocional, gestão de conflitos e capacidade de comunicação) e intelectual (concentração, memorização e agilidade mental) registam valores mais elevados nos graus muito/extremamente exigente, enquanto do tipo físico (força, resistência e agilidade físicas) prepondera o normal. Em parte, contrapõem-se à imagem estereotipada do polícia como tendo um trabalho fundamentalmente físico. Tal atributo depende das mudanças na natureza do trabalho deste grupo profissional, que têm vindo a ocorrer no passado recente, incorporando para além das funções tradicionais de vigilância/patrolha (roubos ou acidentes rodoviários e de trânsito, por exemplo), tarefas polivalentes cada vez mais diversificadas e que exigem a mobilização das emoções, como a intervenção em conflitos interpessoais, violência

⁵ De acordo com a legislação vigente, a Polícia de Segurança Pública, Polícia Municipal e Guarda Nacional Republicana podem prestar serviços a entidades públicas e privadas mediante pedidos destas. Esses serviços são pagos e uma parcela é, por sua vez, transferida para os polícias.

doméstica ou relações de vizinhança: “*se eu contar as vezes que usei o físico, nem são tantas, em 20 anos, vinte/trinta vezes e talvez já esteja dando um número exagerado*” (E12).

Tabela 1: Exigência diária da atividade profissional (% em linha).

	Nada / Pouco exigente	Norma 1	Muito / Extremamente exigente	Média	Desvio-padrão
Força física	17,4	55,4	27,2	3,09	.892
Resistência física	13,3	48,2	38,5	3,24	.842
Agilidade física	12,3	55,4	32,3	3,18	.833
Concentração	0,5	16,4	83,1	4,08	.661
Memorização	0,5	22,6	76,9	3,94	.647
Agilidade mental	0,5	19,0	80,5	4,01	.650
Controlo emocional	-	10,8	89,2	4,36	.669
Gestão de conflitos	0,6	13,8	85,6	4,34	.732
Capacidade de comunicação	-	17,9	82,1	4,13	.688

(N=195)

Nota: a) Numa escala de 1 (nada exigente) a 5 (extremamente exigente).

Questionar a natureza do trabalho policial e o grau de exigência que lhe subjaz implica ter presente as determinantes enquadradoras da função da polícia no seio do Estado, as suas formas de organização, cultura e clima organizacional e os modelos de policiamento (Bayley, 2002). Desde a década de 2000, a PSP vem afirmando o seu cunho civilista (Torres, 2020), adjectivando-a parcialmente como uma “polícia da tranquilidade pública” (Monjardet, 1996) em que existem práticas integrantes do modelo de policiamento de proximidade de apoio, ajuda e resolução de conflitos (Durão, 2012). A mudança de modelo de policiamento conduz à reconfiguração da natureza do trabalho (tarefas e procedimentos) como, por exemplo, o relacionamento com a população. É a assunção da tendência europeia de reconfiguração dos corpos policiais (Newburn, 2008), no sentido da rutura com a militarização, o aumento da especialização interna por tipos de ações e simultaneamente a sua diversificação, a formação cada vez mais específica dos polícias e, especialmente, o desenvolvimento de modelos de policiamento de proximidade ou de comunidade (Bayley, 2016).

Face às atividades que caracterizam a natureza do trabalho policial, quais os tipos de exigência que são requeridos? Várias evidências empíricas importantes para questionamento sobressaem dos dados da Tabela 2⁶. Abordamos duas.

⁶ Aos inquiridos foi pedido a indicação somente de dois tipos de exigência para cada atividade.

Em primeiro, a exigência emocional destaca-se quanto ao “Lidar com a violência doméstica/contra idosos” (83,1%) e com a violência verbal (78,5%). Ações que vincam o atributo relacional da polícia como estruturante da sua vivência profissional. A última coloca em causa a autoridade do polícia, isto é, o seu mandato e licença (Hughes, 1981). A outra remete para a noção de cidadania, extravasando o seu *ethos* profissional. Ambas envolvem as emoções e as relações com a população, destacando-se o aumento do escrutínio por parte desta. Constitui-se um processo de interação particularmente exigente que gera diferentes formas de pressão sobre o desempenho profissional policial. As culturas policiais são um dos elementos que enformam a ação dos polícias e por isso mesmo são importantes na problematização das emoções e daquele tipo de relação (Monjardet, 1996; Westmarland, 2008). O destaque da exigência emocional vai de encontro ao atual interesse da sociologia pelas articulações entre trabalho e emoções, após um longo período em que estas foram invisíveis aos sociólogos quando estudavam as organizações (Lively, 2006). Problematizar as emoções como a interseção entre o sujeito, por via da sua expressão corporal, e o social é uma rutura com a versão psicologista e naturalista (Turner, 2007; Jeantet, 2018; Hochschild, 1983). As emoções são estruturantes da vivência em contextos de trabalho. O cruzamento entre as disposições e as práticas dos sujeitos, neste caso os polícias, e a natureza do seu trabalho (ao nível micro do quotidiano imprevisível e polivalente e ao nível macro da organização da instituição policial) é crucial para a análise das emoções. O polícia é um ator, no sentido dado por Goffman (1975), interpretando um papel prefigurado pela corporação policial, em que a ocultação das suas emoções, quando em ação, é imperativa. A construção da condição de ator ocorre na sua formação para a profissão, mas fundamentalmente na socialização interpares. Na vida quotidiana, o papel do polícia vai sendo recomposto, conforme, entre outros aspetos, a natureza das situações enfrentadas (perigosidade, população abrangida, local geográfico e número de polícias envolvidos), bem com os valores, a ética e cultural policial (Bayerl *et al.*, 2014).

Tabela 2: Tipos de exigência do trabalho policial (%) a).

Atividades	Exigência física	Exigência intelectual	Exigência emocional	Nenhuma das anteriores
Lidar com a violência física	72,3	28,2	55,9	6,2
Lidar com a violência verbal	3,1	61,0	78,5	4,1
Lidar com a violência doméstica/contra idosos	10,8	41,5	83,1	10,8
Trabalhar em equipa	7,7	69,7	50,3	10,8
Lidar com a conflitualidade inter-pares (colegas, chefias)	0,5	68,2	68,7	6,7
Comunicar com a população	1,5	83,1	58,5	5,1

Lidar com a delinquência juvenil	19,5	67,2	54,4	10,3
Lidar com o crime organizado	46,2	58,5	37,4	12,8
Lidar com o escrutínio dos meios de comunicação social/redes sociais	0,5	69,7	66,7	9,7

(N=195)

Nota: a) Valores referentes a respostas múltiplas.

Em segundo, “Lidar com o escrutínio dos meios de comunicação social/redes sociais” apresenta valores percentuais elevados na exigência intelectual e emocional, a par de “Comunicar com a população”. O escrutínio é um instrumento de vigilância, de julgamento e de (re)construção das representações sociais sobre os polícias como grupo profissional, e da polícia como instituição de Estado. Pode influenciar o desempenho dos polícias: «*Hoje em dia, toda a gente filma, toda a gente vê, a contenção é maior, a pressão é maior, temos de ter ali um rigor*» (E09). Com efeito, o uso das tecnologias de informação e comunicação conduz à tecnovigilância (Tavares *et al.*, 2022), nas suas múltiplas formas, que se expande aceleradamente na atualidade. A polícia e população vigiam-se mutuamente. Por sua vez, numa relação imbricada com o anterior fator, “Comunicar com a população”, num modelo de policiamento de proximidade e de aconselhamento e ajuda, faz apelo a competências de saber-estar e de saber-fazer que estão nas antípodas da imagem tradicional dos polícias.

O trabalho policial é uma atividade caracterizada pelo alto grau de exposição ao risco que se inscreve e institucionaliza na sua vida profissional. Aos inquiridos foi-lhes pedido que classificassem o seu grau de exposição face a determinados riscos (que são elementos das condições de trabalho e fatores de pressão sobre o desempenho). É um exercício de perceção sobre o risco (subjetivo e avaliativo) que ocorreu algures, que implica memorização, seleção e tipificação. Tal perceção é produto do cruzamento entre as dimensões individuais, sociais e culturais, que proporciona outra leitura, a agregar às já enunciadas, sobre os polícias. Centrando-nos no grau muito/extremamente elevado, salienta-se a perda de autoridade dos polícias e a sujeição a agressões físicas (Tabela 3). Numa situação de intervenção policial tais riscos podem acontecer em simultâneo, reforçando-se entre si. Manter a autoridade é axial para a organização policial e para os seus profissionais. Não o fazer é anular um dos pilares que justificam a existência de uma instituição de controlo da denominada “ordem pública” e, assim, não sustentar e proteger o próprio sistema político (Bayley, 2016). Vários estudos sobre o quotidiano de trabalho dos polícias, como por exemplo o de Robles (1997) e Monjardet (2003), apontam para a centralidade da autoridade no quadro das relações entre os polícias e população. Por sua vez, essa autoridade pode estar associada a práticas discricionárias, no sentido da interpretação da aplicação da lei (Newburn e Reiner, 2012).

Tabela 3: Grau de exposição aos riscos em contexto de trabalho (% em linha).

	Nenhum	Reduzido / Pouco elevado	Elevado	Muito / Extremamente elevado	Média	Desvio-padrão
Intervir em ocorrências que envolvem armas de fogo	2,5	36,9	22,1	38,5	4,02	1.401
Intervir em ocorrências que envolvem outras armas (ex.: facas, objetos cortantes, arremesso de pedras)	2,0	27,2	28,7	42,1	4,22	1.310
Sofrer acidentes em viaturas de serviço	4,6	32,9	25,6	36,9	3,89	1.371
Sofrer acidentes no manuseamento ou manutenção das armas	4,1	61,0	22,6	12,3	3,12	1.178
Sofrer agressões físicas	2,6	21,5	24,6	51,3	4,42	1.346
Perda de autoridade no exercício das suas funções	1,5	22,1	18,5	57,9	4,53	1.371
Intervir em incidentes de ordem pública sem o número adequado de agentes	2,8	13,8	25,6	57,8	4,65	1.337
Competitividade entre colegas	4,7	56,9	20,5	17,9	3,26	1.229
Pressão para obtenção de resultados	2,5	22,6	31,8	43,1	4,22	1.222
Correr risco de vida	3,1	25,6	24,6	46,7	4,29	1.410

(N=195)

A violência física contra os polícias, que geralmente é acompanhada pelas verbais, foi adquirindo um espaço analítico cada vez mais significativo. Como indica um dos nossos entrevistados:

«A primeira vez que sou confrontado com a iminência de ser agredido, fizeram-me mesmo frente (...) Há sempre um tipo de pressão, já me ameaçaram tirar a farda não sei quantas vezes, já perdi a conta, somos muitos confrontados (...) Já estive perante situações em que deitei a mão ao braço de um indivíduo, a dissuasão não funcionou, porque ele partiu para a situação pior, mas usei o gás e com a força de outros colegas, estava eu e mais dois, conseguimos manietar o indivíduo, sem danos corporais para ele, sem danos corporais para nós também» (E08).

Para Dieu (2017), os polícias são sujeitos a uma violência simbólica e social vinculadas por representações sociais que diabolizam o grupo. Violência que tem consequências. Ellrich (2018)

demonstra a existência de um decréscimo do empenhamento na organização policial por parte dos polícias violentados (no caso da Alemanha), enquanto Simmler et al. (2019) concluem, pelo contrário, que existe um acréscimo da punitividade por parte daqueles. Ainda que se verifiquem agressões físicas, a percepção dos polícias não é independente, na conjuntura atual, da forte mediatização deste tema (agressões a polícias) e do conteúdo ideológico dos próprios discursos profissionais que tendem a enfatizar a perda de autoridade deste grupo profissional, ao longo do tempo. A perda de autoridade no exercício das suas funções e as agressões físicas aos polícias surgem predominantemente associadas nos discursos destes atores a fatores de índole político-social.

Revisitando a Tabela 3, é ainda relevante um outro aspeto: se associarmos os graus elevado e o muito/extremamente elevado, o risco principal é "a intervenção em incidentes de ordem pública sem o número adequado de agentes" (83,4%), que está relacionado com fatores organizacionais associados à escassez de recursos humanos, fator muito presente no discurso dos polícias (conforme pudemos constatar nas entrevistas e nos grupos focais) e das organizações representativas do grupo profissional.

3. Consumos de performance na gestão do desempenho profissional

Abordámos um conjunto de fatores caracterizadores do trabalho policial na PSP – horário, ritmos, atividades e exigências profissionais e exposição aos riscos. A análise aponta para que se possam qualificar como fatores de pressão no quotidiano daquele trabalho. Passaremos a equacionar a interligação entre eles e os consumos de performance (medicamentos, suplementos alimentares e outros produtos naturais) para a melhoria do desempenho físico, intelectual e social no seio dos profissionais de polícia.

3.1. Âmbito e natureza dos consumos de performance

Para a problematização do nosso tema, é relevante, em primeiro lugar, caracterizar os consumos de performance no quotidiano dos polícias. Para o efeito, elaborou-se uma tipologia de dez finalidades de uso de medicamentos e suplementos, que foram incluídas no questionário já referido na metodologia. Estas finalidades de uso⁷, foram posteriormente organizadas em duas categorias mais amplas relativas ao âmbito dos consumos: (i) consumos de âmbito cognitivo relacional – dormir, manter-se acordado, concentração, memória, descontrair e melhorar o humor; (ii) consumos de âmbito físico- corporal – aumentar a energia física, emagrecer, desempenho sexual e aumentar a massa muscular. Por sua vez, cada uma das finalidades foi desdobrada por

⁷ Finalidades indicadas na Tabela 5 e que desenvolveremos mais adiante.

“medicamentos” e “suplementos/produtos naturais”, de modo a captar-se a proporção de cada uma destas categorias nas diferentes finalidades de uso.

A dimensão global destes consumos e a sua expressão por finalidades foi aferida a partir de diferentes tipos de indicadores: indicadores simples (referentes a cada finalidade) e indicadores compósitos (resultantes da agregação de diferentes finalidades). Como se pode observar na Tabela 4, o indicador global de consumo (74,4%) – constituído pelo total de inquiridos que indicaram “já usou ou costuma usar” medicamentos ou suplementos para alguma ou várias das finalidades elencadas - aponta para uma expressiva disseminação deste tipo de consumos. De entre aqueles que indicaram recorrer a esses consumos, 23,4% estavam a usar medicamentos ou suplementos para essas mesmas finalidades no período em que o questionário foi aplicado. Também 34,5 % daqueles que consumiam já o tinham feito para quatro ou mais finalidades.

Tabela 4: Indicadores globais de consumo (%)

Indicadores de consumo	
Indicador de consumo global a)	74,4
Indicador de consumo atual b)	23,4
Consumo (<i>per capita</i>) para quatro ou mais finalidades c)	34,5

Nota: a) Total de inquiridos que “já usou ou costuma usar” para uma ou mais finalidades; b) Total de consumidores que “estava a usar”; c) Total de consumidores que já tinha consumido para quatro ou mais finalidades

Passando dos indicadores globais para um nível de leitura mais fino, obtém-se uma panorâmica mais explícita da preponderância de cada uma das finalidades em análise no quadro mais global dos consumos de *performance*. Essa leitura remete para a tabela abaixo, onde se identifica a percentagem de inquiridos com consumos em cada uma das finalidades. Dos consumos com maior prevalência no âmbito *cognitivo-relacional*, destacam-se os usos para dormir (36,4%), memória (32,3%) e descontraír/acalmar (31,3%); no âmbito *físico corporal*, destacam-se a energia física (39,0%) e massa muscular (20,0%).

Tabela 5: Finalidades de consumo (medicamentos e suplementos) e total por finalidade (%) a)

Finalidades	Já usou ou costuma usar
Dormir	36,4
Manter-se acordado	6,7
Concentração	25,6
Memória	32,3
Descontrair/acalmar	31,3
Humor/boa disposição	11,3
Energia física	39,0
Emagrecer	18,5
Desempenho sexual	12,8
Massa muscular	20,0

(N=195)

Nota: a) Valores referentes a respostas múltiplas.

A duração dos consumos - tendo por referência a “última vez que usou” o medicamento ou suplemento - é outro dos indicadores a considerar⁸. Trata-se de um indicador que permite aferir do teor pontual ou prolongado da necessidade de apoio para o desempenho em questão. De entre os consumos com maior regularidade de uso pontual (1 a 3 dias), destacam-se os destinados a dormir (21,6%), descontrair/acalmar (22,6%) e desempenho sexual (34,3%). De entre os consumos de maior durabilidade (mais de 1 mês), destacam-se os destinados à concentração (66,7%), melhorar o humor/boa disposição (66,7%), emagrecer (62,3%) e massa muscular (78,7%). Constata-se que, globalmente, o padrão dominante de durabilidade é o consumo de longa duração.

Este padrão de consumos, inclui tanto o uso de fármacos como de suplementos, os quais são geralmente usados em alternância ou em complementaridade e, com menor frequência, usados em exclusividade. Nos consumos com recurso predominante a fármacos, prevalecem as finalidades destinadas a: humor (40,9%), dormir (40,8%), descontrair (39,3%) e desempenho sexual (36,0%); nos consumos com recurso predominante a suplementos, prevalecem as finalidades de: massa muscular (74,4%), energia (50,0%) e emagrecer (47,2%); nos consumos com predomínio de uso, alternado ou simultâneo, de ambos os tipos de recursos, prevalecem as finalidades de: concentração (62%), descontrair (52,5%) e memória (50,8%). Constata-se, nestes resultados, a relativa intermutabilidade entre o farmacológico e o natural, que vem caracterizando o universo dos consumos de *performance*, e que vem contribuindo para a expansão destes, igualmente constatada em estudos anteriores (Lopes, 2010; Lopes *et al.*, 2012; Rodrigues *et al.*, 2019).

⁸ Todas as percentagens de duração do consumo estão calculadas tendo por base o total de inquiridos que “usou ou costuma usar” em cada uma das finalidades.

A componente geracional expressa nestes consumos, aferida através da variável idade (até 39 anos; 40-49 anos; 50 e mais anos), revela-se na desigual prevalência das finalidades de consumo, na comparação dos segmentos etários. A faixa etária mais jovem é a que apresenta maior incidência de consumos nas finalidades de âmbito *físico-corporal*, com decréscimo progressivo na proporção inversa da idade (p.0.031). Nas finalidades de âmbito *cognitivo-relacional* o efeito etário de diferenciação é residual, o que evidencia a maior transversalidade desta categoria de consumo na amostra em estudo. Contudo, a variação etária readquire expressão na análise nominal dos consumos por finalidades. A faixa etária mais jovem prevalece nos consumos para: energia física (55,2% - p.0.004), massa muscular (44,8% - p.0.000) e emagrecer (24,1%), aos quais acrescem os consumos para a concentração (37,9% - p.0.035). A faixa etária intermédia prevalece no consumo para: “descontrair/acalmar” (36,5%) e apresenta, também, elevada expressão no consumo para a “energia física” (44,8%). A faixa etária mais velha prevalece nos consumos para: “dormir” (41,4%), “memória” (38,6%) e desempenho sexual (22,9% - p.0.007).

As diferenças geracionais que se acentuam nos consumos de *performance* físico-corporal remetem para um duplo ângulo de análise sobre a instrumentalidade corporal neste grupo profissional. Para além do investimento corporal tradicionalmente associado aos requisitos do trabalho policial, expresso nesta categoria de consumos, acrescem investimentos de ordem estética e identitária (Westmarland, 2017). Note-se que, apesar da prevalência dos consumos físico-corporais na faixa mais jovem, a exigência física da profissão é avaliada abaixo do grau médio de exigência (3,17)⁹ de outras componentes da atividade profissional (exigência intelectual, 4,1 e exigência emocional, 4,28). Indicia-se nestes dados um novo padrão de culturas corporais – alimentadas pelas transformações no trabalho e pelo crescente contexto de farmacologização das opções estéticas e corporais (Featherstone, 1991) – cujo impacto identitário justifica futuros aprofundamentos analíticos. Esta emergente componente estético-corporal/profissional revelou-se também nas entrevistas, como o ilustram os seguintes excertos:

“Eu acho que os polícias mais novos, um bocadinho pelo culto do corpo e do ginásio, andam nos ginásios, consomem muita proteína, não digo que sejam substâncias proibidas, mas as proteínas, aquelas substâncias próprias do ginásio” (E05).

“Certos colegas é mais por aí, passa mais pela imagem, do que pela compleição física para o serviço, penso que é mais por aí; alguns sim, mais pela imagem, os metrossexuais, do que pelo serviço” (E04).

“(…) é sem dúvida uma questão de estética, o polícia onde estiver é o centro das atenções, toda a gente olha para nós, o polícia se estiver fardado numa praça, toda a gente olha para o polícia.

⁹ Valor médio numa escala de 1 (nada exigente) a 5 (extremamente exigente)

(...) *eu não me considero velho, gosto de me sentir bem com a minha aparência, gosto de vestir a farda e sentir-me bem com ela*” (E02).

3.2. Consumos de performance e fatores de pressão laboral

A par das diferentes motivações e das finalidades diversas do recurso a consumos de performance neste grupo profissional, como veremos os dados obtidos apontam para uma associação entre estes consumos e os fatores de pressão laboral. Retomando os resultados apresentados sobre o posicionamento dos polícias face ao seu trabalho, atrás analisados, elegemos três fatores de pressão laboral: ritmos de trabalho; exigência da atividade profissional¹⁰; exposição a riscos¹¹.

Como se pode verificar na síntese dos resultados que se apresenta na Tabela 6, as médias globais de cada um dos fatores de pressão mostram níveis de intensidade mais elevados entre os profissionais que recorrem a consumos de performance do que entre aqueles que não apresentam quaisquer consumos neste âmbito. Essa diferença é estatisticamente significativa nos dois primeiros fatores e menos diferenciada no terceiro (a exposição aos riscos).

Considerando as categorias de finalidades de consumo com maior expressão, atrás identificadas (Tabela 5) – designadamente para a energia física (39,0%), dormir (36,4%) e descontraír/acalmar (31,3%) – constata-se a consonância da tipologia de consumos com a natureza dos fatores de pressão aqui referenciados. Saliente-se que, de entre os indicadores que constituem a variável exigência profissional, é preponderante a “exigência emocional” (média 4,26), e na variável “exposição a riscos” é preponderante a “perda de autoridade” (média 4,53). O que estes resultados revelam é também o efeito das disposições de adesão ao uso de auxiliares de performance - suscitado pela sua progressiva difusão social e cultural (Williams *et al.*, 2008; Gabe *et al.*, 2015) – e nas quais se reconfigura a avaliação da própria pressão e a maior intolerância a esta. É neste contexto de exigências, de pressão e de subjetividades partilhadas, que se vai constituindo a legitimidade cultural e a hierarquia de legitimidade dos consumos de performance. Uma hierarquia de legitimidade assente, no caso dos contextos de trabalho, na expectativa de melhoria e/ou facilitação do desempenho e da competitividade (Ballantyne, 2021; Leon *et al.*, 2019).

¹⁰ A variável (compósita) exigência da atividade profissional é constituída pelos indicadores “exigência física” (média 3,17), “exigência intelectual” (média 4,01) e “exigência emocional” (média 4,28)

¹¹ A variável (compósita) exposição a riscos é constituída pelos indicadores “envolvimento em situações de perigo e uso de armas” (média 4,10), “perda de autoridade” (média 4,53) e “pressão para obter resultados e competitividade” (média 3,74).

Tabela 6: Intensidade dos fatores de pressão (indicadores globais) e variação nos consumos de performance

Fatores de Pressão	Consumos de performance	Média	Desvio-padrão	Sig. t-test
Ritmos de trabalho	Com consumo	3,78	0,629	p=0,010
	Sem consumo	3,54	0,613	
Exigência da atividade profissional	Com consumo	3,86	0,479	p=0,014
	Sem consumo	3,69	0,503	
Exposição a riscos	Com consumo	4,10	0,986	p=0,197
	Sem consumo	3,96	1,048	

(N=195. Com consumo=145; sem consumo=50)

A satisfação com a profissão é um outro dado passível de ser lido como um duplo indicador (de causa e efeito) de pressão laboral. Encontrou-se uma expressiva associação entre a “insatisfação profissional” e a maior prevalência de recurso a consumos de performance. Entre os profissionais que recorrem a estes consumos, cerca de metade (49,7%) posiciona-se em “extremamente/muito insatisfeitos ou insatisfeitos com a profissão”; entre aqueles que não consomem, a insatisfação apresenta uma proporção significativamente menor (32% - p.0.050). Esta diferenciação em torno da variável consumo é mais acentuada quando se consideram os consumos de âmbito cognitivo-relacional, onde a insatisfação profissional corresponde a 54,1% daqueles que recorrem a este padrão de consumo e a 33,7% dos que não consomem (p.0.016). Relativamente aos consumos de âmbito físico-corporal, as diferenças são substantivamente menores: entre os que consomem e os que não consomem, os valores são, respetivamente, 49,5% e 45,1% (p.0.050).

3.3. Consumos de performance: entre a aceitação, rejeição e invisibilidade

Não obstante a expressão que os consumos de performance apresentam no quotidiano dos polícias, a relação destes profissionais com esses consumos reveste-se de alguma ambivalência quanto à sua aceitação.

Para aferir das disposições sociais de aceitação e/ou rejeição deste tipo de consumos, bem como da perceção dos profissionais sobre a disseminação dos mesmos em contexto laboral, recorreu-se a um conjunto de asserções, incluídas no questionário, que se apresentam na Tabela 7. Como se pode verificar, os consumos para a gestão das exigências físicas, intelectuais e de interação – asserções 1, 2 e 3 – apresentam uma distribuição média de manifesta concordância com o recurso a medicamentos e/ou suplementos, para lidar com as exigências físicas e intelectuais, e manifestamente abaixo da concordância no que respeita às exigências da interação. Corroborar-se

nestes dados uma hierarquia de legitimidade para estes consumos (Lopes *et al.*, 2015; Lopes e Rodrigues, 2015), já atrás constatada, que privilegia as exigências intrínsecas à natureza do trabalho e à adesão aos recursos que facilitem a capacidade de respostas a tais exigências. Diferentemente, as exigências de interação, em geral perspetivadas como competências extrínsecas à natureza do trabalho, torna-as (culturalmente) menos ilegíveis para a legitimidade dos consumos. São resultados que também corroboram análises equivalentes, produzidas noutros estudos sobre medicamentos e suplementos em contextos de trabalho (Sales *et al.*, 2019; Leon *et al.*, 2019).

Tabela 7: Disposições e percepções sobre os consumos de *performance* (% em linha)

	Discordância total/ parcial (%)	Concordância Total / parcial (%)	Média a)
1. As exigências físicas do trabalho de polícia tornam aceitável o recurso a medicamentos e/ou suplementos para aumentar a energia.	37,8	62,2	3,62
2. As exigências intelectuais do trabalho de polícia tornam aceitável o recurso a medicamentos e/ou suplementos para melhorar o desempenho.	41,8	58,2	3,53
3. As exigências de interação do trabalho de polícia tornam aceitável o recurso a medicamentos e/ou suplementos para gerir o relacionamento com os outros.	56,4	43,6	3,18
4. Apenas um reduzido número de polícias recorre a medicamentos e/ou suplementos para melhorar o seu desempenho profissional e/ou pessoal.	53,3	46,7	3,35
5. Nos locais de trabalho, em geral, há alguma relutância em os(as) polícias falarem dos seus próprios consumos de medicamentos e/ou suplementos para melhorar o desempenho profissional e/ou pessoal.	25,6	74,4	4,25

(N=195)

Nota: a) Numa escala de 1 (discordo totalmente) a 6 (concordo totalmente). Ponto médio 3,5.

Esta hierarquia de legitimidade, atribuída aos consumos de *performance*, também apresenta variações em função das duas variáveis já atrás consideradas: idade e consumo. Os profissionais mais novos (até 39 anos) apresentam médias de concordância mais elevadas e de discordância mais reduzida [asserções: 1 (4,07), 2 (3,79), 3 (3,32)]. Os mais velhos (50 e mais anos) apresentam médias mais baixas de concordância e de discordância mais elevada [asserções: 1 (3,52), 2 (3,54), 3 (3,18)]. Esta discreta variância estatística não deixa de reconfirmar o efeito geracional, já atrás sinalizado, presente nas disposições culturais de aceitação e rejeição do recurso a estes consumos. Quanto à variável consumo, o seu efeito diferenciador é particularmente evidente: a concordância é mais elevada entre quem recorre a consumos de *performance* [asserções: 1 (3,79), 2 (3,70), 3 (3,35)]; e a discordância acentua-se entre aqueles que não recorrem a estes consumos [asserções: 1 (3,13), 2

GONÇALVES, Carlos Manuel; TAVARES, David; LOPES, Noémia, ELIAS, Rúben (2023), “Polícias, trabalho e consumos de *performance*”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLVII, pp. 7 – 32.

(3,04), 3 (2,69)]. A variação em torno do consumo apresenta-se estatisticamente significativa para cada uma das 3 asserções [T-test $p=0,002$ (1); 0,000 (2); 0,019 (3)].

Quanto à percepção da disseminação destes consumos entre o grupo profissional dos polícias – asserção 4 da Tabela 7 – verifica-se que prevalece a ideia de que os consumos estão relativamente disseminados (53,3%), o que é expresso na discordância com a afirmação de que “apenas um reduzido número de polícias recorre a estes consumos”. Esta discordância é também mais acentuada entre aqueles que recorrem a estes consumos (55,3%) do que entre os que não recorrem (47,6%). Também em termos etários se registam variações que reconfirmam o efeito geracional: a discordância com a asserção 4 é mais generalizada entre os mais novos (72,0%) do que entre os mais velhos (52,5%). A percepção de que estes consumos estão relativamente disseminados foi manifesta também nas entrevistas.

“Sei que há muita gente que toma calmantes, toma outras coisas, mesmo prescritas, toma bastante, isso é o que os faz aguentarem-se” (E09).

“Existe [consumos] nos dois lados, da parte psicológica e da parte também do culto do corpo, tenho essa noção e, às vezes, é notório, nota-se perfeitamente, mesmo que não falem sobre o assunto” (E03).

“Não tenho dúvidas que mais de metade do efetivo, se não recorreu, em breve vai recorrer a um médico para que seja prescrito, seja para dormir, seja para andar menos tenso, seja para o que for (E08).

Paralelamente à percepção da disseminação destes consumos, há igualmente a percepção de que existe uma certa invisibilidade social sobre os mesmos – asserção 5 da Tabela 7. Regista-se uma elevada concordância (74,4%) quanto à afirmação de que, nos locais de trabalho há alguma relutância em falar dos seus próprios consumos de *performance*. Esta percepção é mais generalizada entre quem consome (77,6%) e menos entre quem não consome (65,2%). Também neste item, a idade introduz uma significativa variação, sendo que a percepção da relutância é mais generalizada entre os mais velhos (82,2%) e menos entre os mais novos (57,7% - $p=0,044$).

De entre os fatores que potenciam a relutância na partilha da informação sobre os próprios consumos, e a mantêm no domínio privado, é de referir a presença de um certo conflito ideológico entre a imagem profissional e o recurso a consumos de *performance*. Desde logo, porque são consumos socialmente passíveis de ser imputados a uma imagem de “insuficiência pessoal”, com efeito estigmatizante e impacto na própria identidade profissional (Cooper, 2021); por outro lado, o estrito controlo institucional (por via clínica) sobre diferentes tipos de consumos, a que estes profissionais estão sujeitos, e o desvio social que estes consumos (mesmo sendo legais) possam

GONÇALVES, Carlos Manuel; TAVARES, David; LOPES, Noémia, ELIAS, Rúben (2023), “Polícias, trabalho e consumos de *performance*”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLVII, pp. 7 – 32.

representar, com as eventuais sanções daí decorrentes, contribuem para este relativo fechamento ou “consumo oculto” (Smith e Land, 2014).

Este conflito ideológico e institucional foi encontrado também nas entrevistas:

“[Consumo de antidepressivos, ansiolíticos] É um tabu, ninguém fala disso (...) Por duas situações, uma porque é sinal de fraqueza, quem assume, parece que está a dar um sinal de que não é mentalmente forte para aguentar. Segundo, o que o Comando vai pensar de mim.” (E12).

“É sempre um tabu o uso desse tipo de medicamentos, é normal (...). Nós estamos numa esquadra, no mínimo, 50 a 60 homens numa esquadra, há sempre um comentário, há sempre um cochicho, eu acredito que haja em todas as instituições, em que trabalhe muita gente junta.” (E02).

Esta invisibilidade dos consumos e a relutância em falar dos seus próprios consumos desvanece-se em circuitos mais fechados de sociabilidades, os quais, não raro, se constituem como fontes de informação e validação das opções e finalidades desses mesmos consumos.

“Eu com as pessoas que tenho mais proximidade, elas falam do produto, dos efeitos, do que faz, se este faz perder peso, não vejo nenhuma relutância, aqui estamos a falar na parte física. Na outra parte, aí sim, já é diferente” (E03).

“As pessoas depois de começarem a falar das enxaquecas, da dor de cabeça, «não estou a conseguir dormir tão bem» e há um ou outro colega que indica, dá ali uma sugestão, isso é recorrente” (E01).

O percurso analítico, aqui apresentado, sobre os consumos de *performance* entre os profissionais de polícia, deixa em evidência a coexistência entre a expressiva disseminação do recurso a medicamentos/suplementos para gerir as pressões do quotidiano, pessoais e laborais, ou para investimentos hedonistas e identitários, e uma relativa parcimónia e discrição na partilha desta informação com os outros. Embora estes consumos não se circunscrevam aos requisitos das pressões laborais, como foi sendo sinalizado, é nestes que aparentemente adquirem tração e legitimidade social.

Conclusão

A análise sociológica dos polícias como profissionais confronta-se com obstáculos decorrentes da natureza e funções que toma a polícia, como instituição de Estado, no âmbito das dinâmicas sociais e especificidades que as atividades daqueles tomam face às dos outros profissionais. Não deixámos de ter isto presente quando, ao longo do texto, fomos equacionando as

relações entre a natureza do trabalho e os consumos de *performance* para a melhoria do desempenho físico, intelectual e social dos polícias da PSP. O trabalho policial caracteriza-se pela imprevisibilidade e ação face a situações de mediação, de aconselhamento, de apoio, de violência, a par de tarefas rotineiras e regulamentadas em que é possível a existência de autonomia, sendo enformado por fatores de pressão social de ordem diversa. É, por sua vez, um trabalho investido de autoridade de Estado, que confere um poder legítimo aos polícias, conquanto sujeitos a um escrutínio, cada vez mais denso, interno à polícia, das magistraturas judiciais e da população e meios de comunicação social, usando frequentemente as tecnologias de informação e comunicação.

A conjugação do prolongamento do horário de trabalho com a imprevisibilidade da ação e os ritmos são fatores relevantes que se enquadram nos processos de reorganização da PSP, em curso nas últimas décadas, com a existência de outros modelos de policiamento. Constituem-se como fatores de pressão que, no quotidiano de trabalho, se interligam com outros, como a exigência da atividade profissional e a exposição aos riscos. Ao invés da ideia corrente de que a ação policial se baseia estritamente na violência física, é dada, pelos inquiridos, uma ênfase à dimensão emocional face aos vários tipos de exigência, que se configuram como ações específicas das forças de segurança, embora algumas delas exigindo um forte empenhamento pessoal como, por exemplo, a violência doméstica/contra idosos. Por sua vez, o trabalho policial é enformado pelo elevado grau de exposição ao risco, em particular face à eventual perda da autoridade e violência física, elemento relevante nas mudanças nas relações com a população.

O mapeamento das atividades dos polícias adquire outro significado se o equacionarmos face aos consumos de *performance*. Desde logo, observa-se a importância que o uso de medicamentos e suplementos tem no grupo profissional, com uma predominância não só daqueles que se inscrevem nas finalidades de âmbito cognitivo-relacional, mas concomitantemente a associação entre os produtos de natureza farmacológica e os naturais e o consumo de longa duração para quase todas as finalidades. Uma parcela significativa dos inquiridos mais jovens dirige os seus consumos para as finalidades de âmbito físico-corporal expressando, deste modo, uma motivação para uma cultura corporal que não subsiste nos outros grupos etários. Estamos perante um padrão que, relacionado com os fatores de pressão social sobre o trabalho policial, permite concluir que os polícias mais expostos a tais fatores são os que mais recorrem aos consumos de *performance*. No mesmo sentido, encontram-se os polícias que avaliam de modo insatisfatório a sua situação profissional. Os consumos de *performance* são genericamente aceites pelos polícias, justificados principalmente pelas exigências físicas do seu trabalho, e sendo percecionados como disseminados no seio do grupo profissional. Contudo, o controlo, e possível penalização, que a instituição policial exerce sobre os consumos, a desvalorização social e profissional face aos pares, a dissonância entre a imagem formal e pública dos polícias, como representante do Estado, e o uso dos consumos de *performance* concorrem para a invisibilidade destas práticas.

GONÇALVES, Carlos Manuel; TAVARES, David; LOPES, Noémia, ELIAS, Rúben (2023), “Polícias, trabalho e consumos de *performance*”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLVII, pp. 7 – 32.

A reflexão que desenvolvemos permite concluir da associação entre os consumos de performance, como uma prática corrente, e o desempenho físico, intelectual e social dos polícias da PSP. Fatores de pressão social integrantes da natureza do trabalho policial constituem-se como configuradores de um contexto laboral, diverso em tarefas, permeado pelo risco e pelo julgamento público e institucional, funcionando como geradores daquela associação. As atuais transformações na natureza do trabalho da polícia (ou no seu *modus operandi*) e o lugar que os consumos de performance ocupam enquanto “auxiliares de desempenho” requerem a ampliação e aprofundamento futuro deste enfoque analítico. É de realçar que a nossa incursão analítica sobre a expressão dos consumos de performance entre os polícias, que revela os novos fatores de pressão sobre esses consumos e a transformação nas formas de gestão do desempenho profissional, é um equacionamento analítico ainda em início.

Bibliografia

BALLANTYNE, Peri (2021), “Drugs at work – implicated in the making of the neo liberal worker”, in Peri Ballantyne & Kath Ryan (ed.), *Living pharmaceuticals lives*, London, Routledge, pp. 12-27.

BAYERL, Petra Saskia et al. (2014), “Perspectives on the police profession: an international investigation”, *Policing: An International Journal of Police Strategies and Management*, 37(4), pp. 728-745.

BAYLEY, David (2016), “The Complexities of 21st Century Policing”, *Policing*, 10(3), pp. 163-170.

BAYLEY, David (2002), *Padrões de policiamento*, São Paulo, Edusp.

BITTNER, Egon (2003), *Aspectos do Trabalho Policial*, São Paulo, Edusp.

BLOOMFIELD, Brian; DALE, Karen (2015), “Fit for Work? Redefining “Normal” and “Extreme” Through Human Enhancement Technologies”, *Organization*, 22(4), pp. 552–569.

BURNS, Edgar Alan (2019), *Theorising Professions. A Sociological Introduction*, London, Palgrave.

CARAPINHEIRO, Graça (1993), *Saberes e Poderes no Hospital, uma sociologia dos serviços hospitalares*, Porto, Afrontamento.

CHAMPY, Florent (2009), *Sociologie des Professions*, Paris, Presses Universitaires de France (PUF).

COOPER, Richard James (2021), “Opioid analgesics, stigma, shame and identity”, in Peri Ballantyne & Kath Ryan (ed.), *Living Pharmaceuticals Lives*, Routledge, pp. 155-165.

- GONÇALVES, Carlos Manuel; TAVARES, David; LOPES, Noémia, ELIAS, Rúben (2023), “Polícias, trabalho e consumos de *performance*”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLVII, pp. 7 – 32.
- DIEU, François (2017), “Police et violence. Approches sociologiques”, *Cahiers de la Sécurité et de la Justice*, 39, pp. 5-12.
- DUBAR, Claude; TRIPIER, Pierre (1998), *Sociologie des Professions*, Paris, Armand Colin.
- DURÃO, Susana (2008), *Patrulha e Proximidade: uma etnografia da Polícia em Lisboa*, Coimbra, Edições Almedina.
- DURÃO, Susana (2010), “Ser ou não ser polícia. Uma profissão?”, in Ana Delicado, Vera Borges & Steffen Dix (Eds.), *Profissão e vocação. Ensaios sobre Grupos Profissionais*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 275-300.
- DURÃO, Susana (2012), “Policiamento de proximidade em Portugal: limites de uma metáfora mobilizadora”, in Susana Durão & Marcio Darck (org.), *Polícia, segurança e ordem pública: perspectivas portuguesas e brasileiras*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 101-133.
- DURÃO, Susana (2015), “Da polícia e do policiamento urbano em Portugal. Mudança e perspectivas do terreno”, in Manuela Ivone Cunha (org.), *Do Crime e do Castigo. Temas e Debates Contemporâneos*, Lisboa, Editora Mundos Sociais, pp. 129-146.
- ELLRICH, Karoline (2018), “Violent victimisation, professional self-esteem, and punitivity of German police officers”, *Policing and Society*, 28(7), pp. 787-805.
- FASSIN, Didier (2013), *Enforcing Order. An Ethnography of Urban Policing*, Malden, Polity Press.
- FAVRE, Pierre (2001), “Around Dominique Monjardet’s *Sociologie de la force publique*: recent books and articles in French in the field of sociology of the police”, *Revue française de sociologie*, 42, supplement, An annual English selection, pp. 175-186.
- FEATHERSTONE, Mike (1991), “The Body in Consumer Culture”, in Mike Featherstone, Mike Hepworth and Bryan Turner (eds), *The Body: Social Process and Cultural Theory*, London, Sage, pp. 170–196.
- FERNÁNDEZ, Manuel Martín (1990), *La profesión de policía*, Madrid, CIS.
- FERNÁNDEZ, Manuel Martín (1992), “Policía, profesión y organización: Hacia un modelo integral de la Policía en España”, *Reis: Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 59, pp. 205-222.
- GABE, Jonathan et al. (2015), “Pharmaceuticals and society: Power, promises and prospects”, *Social Science & Medicine*, 131, pp. 193-198.
- GOFFMAN, Erving (1975), *A representação do eu na vida cotidiana*, Petrópolis, Vozes.
- GONÇALVES, Carlos (2007), “Análise sociológica das profissões: principais eixos de desenvolvimento”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras*, 17, p. 177-224.
- HOCHSCHILD, Arlie (1983), *The managed Heart*, Berkeley, University of California Press.
- HUGHES, Everett Cherrington (1981), *Men and their work*, Westport, Greenwood Press.

- GONÇALVES, Carlos Manuel; TAVARES, David; LOPES, Noémia, ELIAS, Rúben (2023), “Polícias, trabalho e consumos de *performance*”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLVII, pp. 7 – 32.
- JEANTET, Aurélie (2018), *Les Emotions au travail*, Paris, CNRS Editions.
- JOBARD, Fabien; MAILLARD, Jacques de (2015), *Sociologie de la police. Politiques, organisations, réformes*, Paris, Armand Colin.
- LEON, Matthew R.; HARMS, Peter D.; GILMER, Declan O. (2019), “PCE Use in the Workplace: The Open Secret of Performance Enhancement”, *Journal of Management Inquiry*, 28(1), pp. 67-70.
- LISBOA, Manuel; TEIXEIRA, Ana Lúcia (2015), *Policiamento de proximidade. Representações e práticas da população e inovação organizacional na Polícia*, Vila Nova de Famalicão, Edições Húmus.
- LIVELY, Kathryn J. (2006), “Emotions in the Workplace”, in Jan E. Stets, Jonathan H. Turner (eds.), *Handbook of the Sociology of Emotions*, New York, Springer.
- LOPES, Noémia (2001), *Recomposição Profissional da Enfermagem. Estudo Sociológico em Contexto Hospitalar*, Coimbra, Quarteto.
- LOPES, Noémia (org.) (2010), *Medicamentos e Pluralismo Terapêutico: práticas e lógicas sociais em mudança*, Porto, Afrontamento.
- LOPES, Noémia et al. (2012), “O natural e o farmacológico: padrões de consumo terapêutico na população portuguesa”, *Saúde & Tecnologia*, 8, pp. 5-17.
- LOPES, Noémia et al. (2015), “Medications, Youth Therapeutic Cultures and Performance Consumptions: A Sociological Approach”, *Health*, 19(4), pp. 430–448.
- LOPES, Noémia; RODRIGUES, Carla (2015), “Medicamentos, consumos de performance e culturas terapêuticas em mudança”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 78, pp. 9-28
- MANNING, Peter K. (1977), *Police Work: The Social Organization of Policing*, Cambridge, MA, MIT Press.
- MONJARDET, Dominique (1985), “Police et sociologie: questions croisées”, *Déviance et société*, 9 (4), pp. 297-311.
- MONJARDET, Dominique (1996). “Règles, Procédures et Transgressions dans le Travail Policier”, in Jacques Girin & Michèle Grosjean (Eds.), *La Transgression des Règles au Travail*, Paris, L’Harmattan, pp. 83-94.
- MONJARDET, Dominique (2003), *O que faz a Polícia. Sociologia da Força Pública*, São Paulo, Edusp.
- NEWBURN, Tim (2008), *Handbook of Policing*, London, Willian Publishing.
- NEWBURN, Tim; REINER, Robert (2012), “Policing and the police”, in Mike Maguire, Rod Morgan, & Robert Reiner (eds.), *The Oxford Handbook of Criminology*, Oxford, Oxford University Press.

- GONÇALVES, Carlos Manuel; TAVARES, David; LOPES, Noémia, ELIAS, Rúben (2023), “Policías, trabalho e consumos de *performance*”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLVII, pp. 7 – 32.
- PAWSON, Mark; KELLY, Brian (2021), “Drug normalization and Conventional Social Institutions: the unusual case of prescription drugs misuse”, *Sociology Forum*, 37(1), pp. 48-69.
- REGO, Raquel (2013), “Professional regulation: Portuguese Occupational group trends running counter to EU policies”, in Raquel Rego (ed.), *The trend towards the European deregulation of professions and its impact on Portugal under crisis*, London, Palgrave Pivot.
- ROBLES, Diego Torrente (1993), “Las profesiones blanca y azul”, *REIS: Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 59, pp. 364-378.
- ROBLES, Diego Torrente (1997), *La sociedad policial: poder, trabajo y cultura en una organización local de Policía*, Madrid, CIS.
- ROCHA, Cristina (2004), *Da botica à universidade: Continuidades e mudanças na construção da profissão farmacêutica em Portugal*, Porto: Livpsic.
- RODRIGUES, Carla; LOPES, Noémia; HARDON, Anita (2019), “Beyond health: medicines, food supplements, energetics and the commodification of self-performance in Maputo”, *Sociology of Health and Illness*, 41(6), pp. 1005-1022.
- RODRIGUES, Maria de Lurdes (1999), *Os Engenheiros em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- SALES, Paloma et al (2019), “Burning the candle at both ends: motivations for non-medical prescription stimulant use in the American workplace”, *Drugs-Educ. Prev. Polic*, 26:4, pp. 301-308.
- SIMMLER, Monika; STEMPKOWSKI, Monika; MARKWALDER, Nora (2019), “Punitive attitudes and victimization among police officers in Switzerland: an empirical exploration”, *Police Practice and Research*, 10, pp. 1-21.
- SMITH, Charlotte; LAND, Chris (2014), “Pharmacological routes to everyday exceptionality”, *Culture and Organization*, 20(4), pp. 269-287.
- SVENDSEN, Lars (2013), *Le Travail: gagner sa vie, à quel prix?*, Paris, Autrement.
- TAVARES, David (2007), *Escola e Identidade profissional. O caso dos técnicos de cardiopneumologia*, Lisboa, Edições Colibri/Instituto Politécnico de Lisboa.
- TAVARES, David; LOPES, Noémia; GONÇALVES, Carlos Manuel (2022), “Transformações do trabalho em contextos de pressão para o desempenho profissional”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 99, pp. 29-46.
- TORRES, José (2020), “Uma Polícia para o século XXI: Breves reflexões”, *Separata da Revista Polícia Portuguesa*, V (2), pp. 1-27.
- TURNER, Jonathan H. (2007), *Human Emotions. A sociological theory*, London, Routledge.
- VEZINAT, Nadège (2016), *Sociologie des groupes professionnels*, Paris, Armand Colin.
- WEBER, Max (1983), *Economia y Sociedad: esbozo de sociologia comprensiva*, México, Fondo de Cultura Económica.

GONÇALVES, Carlos Manuel; TAVARES, David; LOPES, Noémia, ELIAS, Rúben (2023), “Polícias, trabalho e consumos de *performance*”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLVII, pp. 7 – 32.

WESTMARLAND, Louise (2008), “Police cultures”, in Tim Newburn (Ed.), *Handbook of Policing*, London, Willian Publishing, pp. 253-280.

WESTMARLAND, Louise (2017), “Putting their Bodies on the Line: Police Culture and Gendered Physicality”, *Policing: A Journal of Policy and Practice*, 11(3), pp. 301–317.

WILLIAMS, Simon *et al.* (2008), “Waking up to sleepiness: Modafinil, the media and the pharmaceuticalisation of everyday/night life”, *Sociology of Health and Illness*, 30(6), pp. 839–855.

Agradecemos a colaboração da Associação Sindical dos Profissionais da Polícia (ASPP) e do Sindicato dos Profissionais de Polícia (SPP/PSP).

Carlos Manuel Gonçalves (autor para correspondência). Sociólogo. Professor do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e investigador do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. Endereço de correspondência: Via Panorâmica, s/n 4150-564 Porto. Portugal. Email: cmgves@gmail.com

David Tavares. Professor coordenador. Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa. Instituto Universitário de Lisboa, CIES-Iscte, Lisboa, Portugal. Endereço de correspondência: ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Edifício II, Avenida Professor Aníbal Bettencourt, 1600-189, Lisboa, Portugal. Email: david.tavares@estesl.ipl.pt

Noémia Lopes. Professora associada. Instituto Universitário Egas Moniz, Monte da Caparica, Portugal; Instituto Universitário de Lisboa, CIES-Iscte, Lisboa, Portugal. Endereço de correspondência: ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Edifício II, Avenida Professor Aníbal Bettencourt, 1600-189, Lisboa, Portugal. Email: nlopes@egasmoniz.edu.pt

Rúben Elias. Doutorando em Sociologia. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. Endereço de correspondência: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Via Panorâmica, s/n. 4150-564 Porto. Portugal. Email: rubenelias028@gmail.com